

## Transição verde e justa para quem?<sup>1</sup>

Jorge Arbache<sup>2</sup>

O conceito de “Transição Verde e Justa” desenvolvido pela ONU mira uma abordagem holística para enfrentar as mudanças climáticas e a degradação ambiental e garantir justiça social e equidade. O conceito integra considerações de sustentabilidade ambiental e socioeconômica, enfatizando que a transição para uma economia de baixo carbono não deveria ocorrer às custas de grupos vulneráveis e nem “deixar ninguém para trás”.

O conceito inclui, dentre outros, aspectos como a sustentabilidade ambiental, que foca na redução das emissões de gases de efeito estufa, promoção de energias renováveis, conservação da biodiversidade e proteção de ecossistemas. Um outro aspecto é o da justiça social, que visa garantir que os benefícios e os encargos da transição sejam distribuídos de maneira justa. Um terceiro aspecto trata da resiliência econômica e enfatiza a construção de uma economia que possa resistir a choques ambientais e econômicos e o investimento em tecnologias verdes, infraestrutura sustentável e desenvolvimento de habilidades para apoiar novos empregos e indústrias verdes.

Isto tudo soa bem, mas, afinal, o que seria “não deixar ninguém para trás”? Embora atrativo e útil para ajudar a angariar apoio amplo para a agenda verde, o conceito pode gerar controvérsias. Isto porque cada país tem seus próprios interesses e está exposto a cada um dos aspectos acima com maior ou menor intensidade.

Considere o caso dos Estados Unidos. Ali, o conceito costuma ser evocado para tratar de empregos em risco em setores de combustíveis fósseis e/ou carbono-intensivos afetados por mudanças regulatórias de descarbonização. Essas mudanças ajudariam a explicar o repúdio de comunidades contra aquelas medidas e até o uso político do tema por setores conservadores.

---

<sup>1</sup> Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniaao/coluna/transicao-verde-e-justa-para-quem.ghtml>

Acessado em 11.07.2024

<sup>2</sup> Professor de economia da Universidade de Brasília, ex-vice-presidente de Setor Privado do CAF, secretário de Assuntos Internacionais e economista-chefe do Ministério do Planejamento e economista sênior do Banco Mundial.

Já no caso de países mais pobres e expostos às mudanças climáticas, o conceito costuma ser focado nas imensas necessidades emergenciais de investimentos em adaptação e em socorro às comunidades mais vulneráveis a desastres naturais extremos, em especial os que afetam a segurança alimentar e levam a conflitos e migrações forçadas - pense no que já passa em vários países da África Subsaariana.

Mas haveria, ainda, ao menos mais um grupo de países para os quais a transição verde e justa teria conotação específica. Pense no caso de economias da América Latina e Caribe (ALC) que, embora também necessitadas de investimentos em adaptação, podem se dar ao luxo de enfrentar os desafios climáticos pelo caminho dos negócios.

Considere os casos do Brasil, Costa Rica, Paraguai, Uruguai, dentre outros que já têm matrizes elétricas majoritariamente renováveis e em condições operacionais competitivas. Essas características qualificam a região a participar de cadeias globais de valor a partir do powershoring, a estratégia corporativa de localização de plantas manufatureiras e/ou cadeias produtivas intensivas em energia em zonas que oferecem energia verde, segura, barata e abundante. Coincidência ou não, a energia renovável se concentra nas regiões mais deprimidas daqueles países. Ao encorajar novos negócios, o powershoring poderia ter importantes impactos socioeconômicos e ambientais, ao tempo em que ajudaria as empresas a alcançarem a resiliência, o compliance e as condições operacionais que necessitam.

A modo de ilustração, considere o caso do Brasil e, ali, pense na região Nordeste. A região já goza de elevada oferta de energia renovável e tem fator de capacidade muito acima da média mundial. Em algumas localidades, há até geração de energia verde não intermitente com a combinação de muito sol de dia e ventos favoráveis à noite. A região tem ampla rede de transmissão e mais de 100 GW de energia verde já outorgada. O Nordeste também já dispõe de excelentes portos e, atados a eles, zonas industriais. E a região conta com amplo apoio de líderes políticos locais em favor da conversão daquelas vantagens comparativas em ferramentas de combate à pobreza. Pudera, a pobreza na região atinge 47,4% da população e responde por quase a metade de toda a pobreza do país.

Definir uma agenda que não deixe ninguém para trás será um dos grandes desafios para os líderes globais nos próximos anos

E pense no caso do Rio Grande do Sul, Estado que foi recentemente devastado por enchentes sem precedentes. Com condições excepcionais de produção de energia eólica e disponibilidade de porto e zona industrial, o powershoring poderia ser importante aliado da recuperação econômica e social do Estado.

A lógica microeconômica do powershoring poderia ser emprestada para minerais críticos para a transição energética. Muitas das principais províncias

em nível global daqueles minerais estão em zonas de alta incidência de pobreza no Brasil, como o Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais e partes dos Estados do Amazonas e Pará, para citar alguns. A industrialização daqueles minerais poderia ter repercussões socioeconômicas sem precedentes e algo similar se observa em outros países da região. O powershoring seria, portanto, um meio, e não um fim em si mesmo e um canal fundamental para a promoção da transição verde e justa.

Políticas não coordenadas para promover a transição verde e justa podem ser um problema. De fato, pleitos e políticas públicas vindos de países com distintos contextos, poder econômico e influência política poderiam levar a situações complexas e até contraditórias. A modo de exemplo, pense no Inflation Reduction Act, dos Estados Unidos, ou no EU New Green Deal e outras medidas da União Europeia, que se propõem a gerar empregos verdes com pesados subsídios, protecionismo e discriminação, mas com efeitos colaterais em termos de desvio de comércio e de investimento de países de powershoring e diminuição de recursos de fundos globais para adaptação em países pobres.

Na mesma toada estão contratos que levam países de powershoring a direcionar a valiosa energia verde que têm para produzir e exportar hidrogênio verde para países ricos e/ou a direcioná-la para datacenters, ao invés de priorizá-la como instrumento de atração de cadeias de valor que, estes sim, podem gerar prosperidade com equidade. Trata-se de um tema de ação coletiva, falhas de política e falhas de mercado com substanciais consequências distributivas, sociais e políticas.

Definir uma agenda de transição verde e justa que não deixe ninguém para trás será um dos grandes desafios que os líderes globais terão que enfrentar nos próximos anos se quiserem promover uma transição genuinamente ampla, pacífica e sustentável.